



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1197/1991

Que estabelece os prazos das licenças capituladas no Artigo 112 e incisos, da Lei Orgânica do Município.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprova e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os prazos das licenças enumeradas no Artigo 112 da Lei Orgânica do Município ficam assim fixados:

I – licença por motivo de doenças em ascendentes ou descendentes: 15 (quinze) dias a partir do requerimento, com possibilidade de prorrogação por igual período;

II – licença para o Serviço Militar: a partir da data de convocação da Junta de Serviço Militar e até o término do período da convocação;

III – licença para atividade política: a partir da data estabelecida por Lei Eleitoral no ano de eleição e até que se encerre a campanha eleitoral ou o mandato;

IV – licença para tratamento de saúde: 15 (quinze) dias a partir da data de subscrição de Atestado Médico, sem possibilidade de prorrogação, pois, a partir do 16º dia de afastamento a responsabilidade recai sobre o órgão previdenciário;

V – licença para tratar de interesse particular: 90 (noventa) dias a partir do requerimento, com possibilidade de reconcessão desde que o servidor cumpra um período de efetivo exercício de pelo menos 01 (um) ano após o término da licença de 90 (noventa) dias;

VI – licença para desempenho de mandato classista: a partir da data de nomeação ou eleição para o exercício de tal mandato e até que o mesmo perdure;

VII – licença para casamento: 3 (três) dias a partir da data do casamento, consecutivos, na forma do inciso II do Artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho;

VIII – licença por luto: 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;

IX – licença à gestante: 120 (cento e vinte) dias, na forma do Inciso XVIII do Artigo 7º da Constituição Federal;

X – licença paternidade: 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de nascimento de filho, nos termos do §1º, do Artigo 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até que Lei venha regulamentar o disposto no Artigo 7º, Inciso XIX, da Constituição Federal.

§1º Com exceção às licenças capituladas nos incisos V e VI, todas as demais serão remuneradas;

§2º O período de carência de um (1) ano para reconcessão da licença versada no inciso V do presente Artigo, se aplica também ao servidor público municipal que teve licença concedida na forma do



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

que estabelecia a Lei dos Estatutos dos Funcionários Públicos Municipais, antes da promulgação da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contrárias.

Passa Quatro, 16 de março de 1992.

Wilson Siqueira  
Prefeito Municipal

Ângelo Augusto e Silva Ribeiro  
Diretor Municipal Administrativo